

## MILLS: RECEITA CRESCEU 36% EM 2010, COM LUCRO RECORDE

**Mensagem do Presidente**  
O ano de 2010 foi um ano repleto de conquistas para Mills. Nossa maior conquista foi a realização da oferta pública inicial (IPO) de nossas ações em abril, apesar do cenário adverso devido à grande incerteza no cenário global na época influenciado pela crise da Grécia. Nossas ações foram precificadas a R\$11,50 por ação, dentro da faixa de preços, e conquistamos uma base acionária bastante sólida, com a participação de importantes investidores de longo prazo, tanto brasileiros como estrangeiros. Os recursos líquidos do IPO de R\$411 milhões capitalizaram a Mills, viabilizando a execução de nosso plano plurianual de investimentos de R\$1,1 bilhão no período 2010-2012 e colocando-nos numa posição única em termos de possibilidade de atender à forte demanda e de nos consolidarmos como líderes nos mercados onde atuamos. Alcançamos recordes de receita nas nossas 4 divisões, totalizando receita líquida recorde na Mills de R\$549,9 milhões. Obtivemos também geração de caixa, medida pelo EBITDA, e lucro líquido recorde, resultantes principalmente dos nossos investimentos realizados no decorrer do ano. Investimos R\$348,5 milhões em 2010 e planejamos investir R\$337,0 milhões em 2011 (em valores brutos). Em janeiro de 2011, adquirimos 25% da Rohr S/A Estrutura Tubulares, empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, por R\$90 milhões. Através desta aquisição estratégica, visamos ampliar nossa exposição aos nossos setores de atuação, principalmente, infraestrutura e indústria de óleo e gás. Continuaremos analisando oportunidades de aquisições que ofereçam retorno atraente para os nossos acionistas de forma complementar ao nosso plano de crescimento orgânico. A combinação de disponibilidade de capital, oportunidades de mercado e o espírito empreendedor da Mills nos levou a dobrarmos o número de unidades de 20 para 40 no ano de 2010, ou seja, antecipamos em um ano o nosso plano de expansão geográfica. Planejamos abrir 9 novas unidades em 2011, dando continuidade ao nosso plano de expansão geográfica que é estratégico para o crescimento das divisões Jahu e Rental. Continuamos a nossa liderança em inovação. Em 2010, lançamos novos produtos em todas as nossas divisões. Na divisão Construção trouxemos para o Brasil um sistema de escoramento de alumínio, sistema AlumMills. Na divisão Jahu lançamos um sistema de laje plana, Mills Deck Light, e a plataforma de cremalheira. Na divisão Serviços Industriais, inauguramos o equipamento Mills Habitat, que permite a execução de trabalhos a quente em ambiente de risco de vazamento de gás explosivo, sem necessidade de interromper a produção. Na divisão Rental fomos os pioneiros na importação da maior plataforma aérea do mundo, capaz de atingir até 48 metros de altura. É importante ressaltar que num cenário de risco de escassez de mão de obra e pressão inflacionária, tanto para mão de obra como para materiais, o valor da produtividade aumenta para nossos clientes. Como vendemos indiretamente produtividade através de nossos produtos e serviços em todas as nossas divisões, acreditamos que estes se tornarão ainda mais competitivos neste cenário. Infelizmente, não estamos livres do risco de falta de mão de obra qualificada. Desta forma, fortalecemos neste ano os nossos programas de estágio e trainee para desenvolver nossa força de trabalho futura que suportará o crescimento da Mills, apoiada em um grupo sólido de engenheiros, projetistas e técnicos com larga experiência e tempo de Companhia. Finalmente, gostaria de agradecer aos nossos colaboradores, funcionários e fornecedores, pela dedicação, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança. Continuaremos trabalhando arduamente para continuar surpreendendo nossos clientes com soluções inovadoras e com nossa qualidade de serviços e assim atingirmos mais um ano de novas conquistas.

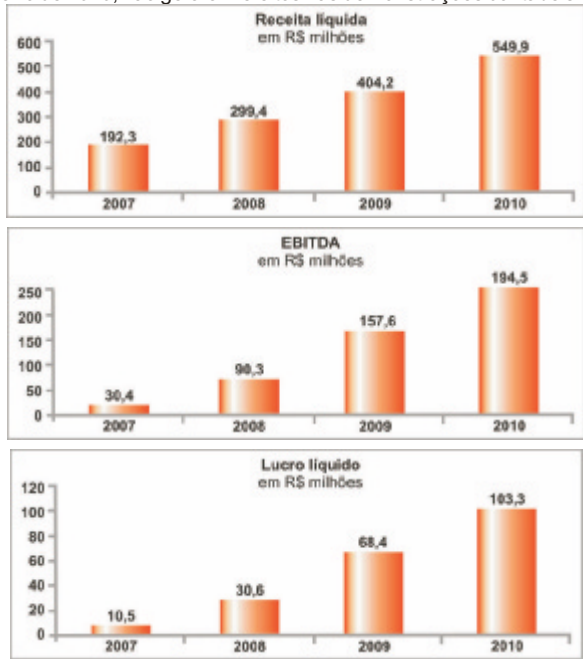
### Desempenho financeiro de 2010

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (Mills) apresentou, no ano de 2010, forte crescimento com recordes de receita, EBITDA e lucro líquido, resultante do seu plano de investimentos, viabilizado pela capitalização de R\$411 milhões através da oferta pública de ação (IPO) realizada em abril de 2010. A receita líquida em 2010 alcançou novo recorde anual, R\$549,9 milhões, sendo 36,0% superior à de 2009. Obtivemos receita líquida recorde nas 4 divisões: Serviços Industriais, com receita de R\$195,4 milhões, Construção com R\$154,3 milhões, Jahu com R\$105,1 milhões, e Rental com R\$95,1 milhões. A divisão Rental foi a que apresentou maior crescimento de receita em relação ao ano anterior, com 74,8% de aumento, refletindo o resultado da ampliação de nossa frota de equipamentos motorizados de acesso e da expansão geográfica das operações desta divisão. Em 2010, a geração de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$194,5 milhões, recorde anual, com crescimento de 23,4% em relação a 2009. O EBITDA da divisão de Construção representou 37,8% do EBITDA da Mills em 2010. Rental foi responsável por 26,2%, Jahu por 22,6% e Serviços Industriais por 13,4%. A divisão que apresentou maior crescimento relativo de EBITDA foi Rental, com incremento de 62,6% em relação ao ano anterior. O lucro líquido somou R\$103,3 milhões, novo recorde anual, apresentando crescimento de 51,0% vis-à-vis o ano anterior. O aumento de R\$34,9 milhões no lucro líquido em relação a 2009 é explicado pelo aumento de R\$36,9 milhões no EBITDA e pelo incremento de R\$18,7 milhões no resultado financeiro, parcialmente compensados pelo aumento nos montantes de depreciação (R\$15,2 milhões) e de impostos a pagar (R\$5,5 milhões).

Tabela 1 - Principais indicadores financeiros

Valores em Milhões de Reais	2007	2008	2009	2010	CAGR 07-09
Receita Líquida	192,3	299,4	404,2	549,9	41,9%
EBITDA	30,4	90,3	157,6	194,5	85,6%
Margem EBITDA (%)	16%	30%	39%	35%	
Lucro líquido	10,5	30,6	68,4	103,3	114,3%

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, foram consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS). Em todos os anos anteriores, a Mills preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As demonstrações financeiras de 2009 contemplavam todos os pronunciamentos emitidos até 31/12/2009. A aplicação dos pronunciamentos e interpretações emitidos durante o ano de 2010, não geraram efeitos nas demonstrações contábeis de 2009.



### Dívida e indicadores de endividamento

Em 31/12/2010, a dívida total da Mills era de R\$132,6 milhões, com prazo médio de 3,4 anos. Terminamos o ano de 2010 com uma posição de caixa líquida de R\$9,7 milhões, uma vez que nossas disponibilidades totalizaram R\$142,3 milhões em 31/12/2010. Em abril de 2010, realizamos a oferta pública de nossas ações que originaram recursos líquidos de R\$411 milhões para a Mills. Utilizamos parte deste recurso para investimentos em equipamentos para locação, totalizando desembolsos de R\$348,5 milhões em 2010, e para liquidar dívidas de custos mais elevados. Nossa dívida é composta por 35% de dívida de curto prazo e 65% de dívida de longo prazo. Em termos de moeda, a totalidade da dívida é em reais. Em 31/12/2010, a alavancagem medida pela relação dívida total/EBITDA foi de 0,7x, enquanto o índice de cobertura de juros, medido pelo indicador EBITDA/pagamento de juros, foi igual a 10,09x.

### Investimentos

A Mills investiu R\$348,5 milhões em 2010, valor 4 vezes superior ao do ano anterior, quando foi investido R\$76,3 milhões. A divisão Rental foi responsável por 37,5% dos investimentos em 2010, Jahu por 29,8%, Construção por 21,3%, e Serviços Industriais por 7,2%. A divisão Rental investiu neste ano R\$130,6 milhões, superior aos R\$91,5 milhões orçados, pois houve antecipação do plano de expansão geográfica desta divisão, devido à forte demanda. Previamos abrir 6 novas unidades para esta divisão em 2010 e terminamos o ano com 10 novas unidades, ou seja, antecipamos em um ano o plano de abertura de novas unidades. No 3º trimestre de 2010 (3T10), assinamos contrato com fornecedores de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para garantir o suprimento de equipamentos motorizados de acesso para o programa de expansão da Rental até final de 2011. Em 2011, a divisão Rental demandará investimentos de R\$128,9 milhões e planeja abrir 5 novas unidades. A divisão Jahu - Residencial e Comercial, que investiu R\$104,0 milhões em 2010, também antecipou em um ano seu plano de expansão geográfica. Terminamos o ano de 2010 com 14 unidades, ou seja, o dobro de unidades que o inicialmente planejado. Como existe um período entre a instalação da unidade e o início de locação de equipamentos, grande parte dos investimentos em novos equipamentos associados a estas novas unidades será realizada em 2011, quando os investimentos esperados da Jahu somam R\$136,4 milhões. Planejamos abrir 3 novas unidades da Jahu em 2011. Os investimentos da divisão Construção totalizaram R\$74,3 milhões em 2010, ante R\$22,1 milhões no ano anterior. Houve atraso na licitação de grandes obras públicas esperadas para o 2º semestre de 2010 (2S10) que, consequentemente, só terão início em 2011. Desta forma, reduzimos o ritmo de investimento nesta divisão a partir do 4º trimestre de 2010 (4T10). Planejamos investir R\$39,9 milhões em 2011. Estamos preparados para atender o grande volume de novas obras de infraestrutura que se iniciará em 2011 que incluem, entre outros, as vias expressas BRT Transcarioca, Transoeste e Transolímpica no Rio de Janeiro, as novas linhas de metrô no Rio de Janeiro e em São Paulo, os estádios para Copa de 2014, as refinarias da Petrobras, os projetos de mineração, siderurgia e ferrovia da Vale, monotrilho e Rodanel em São Paulo, o Porto Maravilha no Rio de Janeiro, e ferrovia Oeste-Leste. É importante ressaltar que, como trabalhamos com vários parceiros na fabricação de nossos equipamentos, temos a flexibilidade de adequarmos o

nosso plano de investimento de acordo com a programação das licitações e das estimativas de início das obras. Na divisão de Serviços Industriais houve investimentos de R\$25,0 milhões em 2010, contra R\$5,4 milhões em 2009. Em 2011, investiremos R\$24,8 milhões em equipamentos tradicionais, como estruturas tubulares de aço, para atender demanda crescente neste mercado, e em novos equipamentos de alumínio que, apesar de serem mais caros do que os de aço, possibilitam aumento de produtividade na montagem e desmontagem das estruturas de acesso e consequentemente deverão proporcionar redução de custos de pessoal, que representa atualmente aproximadamente 80% dos custos desta divisão. Planejamos abrir em 2011 mais 1 unidade de Serviços Industriais. Finalmente foram investidos R\$14,6 milhões em 2010 na Corporação e em bens de uso das divisões, dos quais R\$7,3 milhões no 4T10, quando iniciamos a implementação do SAP, software integrado de planejamento de recursos corporativos (ERP) e incorremos em custos de obras no escritório da Barra e no depósito do Rio de Janeiro que atende as 4 divisões. Os investimentos corporativos esperados para 2011 são de R\$7,2 milhões.

<sup>1</sup>Valores Brutos

Tabela 6 - Investimento por divisão

Valores em Milhões de Reais	2007	2008	2009	2010
Construção	30,6	66,5	23,5	74,3
Jahu - Residencial e Comercial	-	66,6 <sup>1</sup>	16,0	104,0
Serviços Industriais	16,8	29,4	5,4	25,0
Rental	5,7	61,5	30,0	130,6
Corporativo e bens de uso	1,2	11,7	1,5	14,6
Capex Total	55,2	235,7	76,4	348,5

<sup>1</sup>Inclui R\$60,1 milhões referente a aquisição da Jahu

### Retorno sobre capital investido

Em 2010, o retorno sobre capital investido (ROIC) atingiu 21,0%, ante 25,0% em 2009. A redução do ROIC entre os anos é explicada pelo alto nível de investimento nos últimos 12 meses, visando aproveitar às oportunidades de mercado em todas as nossas divisões. É importante ressaltar que para o cálculo do ROIC foi considerado apenas o capital produtivo, desta forma os recursos do IPO que se encontram temporariamente investidos em aplicações financeiras não estão sendo considerados na base de cálculo.

### Recursos Humanos

Acreditamos que um de nossos principais diferenciais competitivos é a qualidade de nossa mão de obra especializada. Desenvolvemos, ao longo dos anos, uma cultura de desenvolvimento de recursos humanos baseada em realização, participação de empregados e transparência, além de termos uma longa tradição de oferecimento de participação nos lucros e oportunidades para desenvolvimento profissional. Acreditamos que esta cultura promove a lealdade, comprometimento e entusiasmo de nossos empregados, o que leva a um índice historicamente baixo de substituição de mão de obra (turnover) e aumenta nossa capacidade de prestação de serviços de qualidade a nossos clientes. Terminamos o ano de 2010, com 4.359 funcionários, ante 3.537 no final de 2009. O aumento do quadro de funcionários está relacionado ao crescimento de nossos negócios, principalmente a divisão de Serviços Industriais, que é intensiva em mão de obra, e empregava 2.998 funcionários no final de 2010. A taxa de rotatividade de nossos empregados foi de 5,87% em 2010, ante 4,82% em 2009, considerando os profissionais alocados em serviços industriais. A taxa de rotatividade dos profissionais que lidam com a montagem e desmontagem de estruturas e equipamentos é significativamente superior à nossa média, em virtude da celebração de contratos de trabalho de curta duração motivados pela flutuação da demanda pelos serviços oferecidos pela divisão Serviços Industriais. Desconsiderando os referidos profissionais de montagem e desmontagem, a taxa de rotatividade dos nossos empregados em 2010 seria de 4,33%, versus 3,35% em 2009. De forma a reconhecer a importância dos nossos empregados para o sucesso da empresa e alinhar os seus incentivos com a geração de valor aos nossos acionistas, oferecemos para todos os nossos empregados programa de participação de resultados, baseado no valor econômico agregado (EVA), que consiste no lucro líquido ajustado deduzido da remuneração do capital investido pelos acionistas. Anualmente, 25% do referido valor econômico agregado são distribuídos aos nossos administradores e empregados. Em 2010 distribuímos R\$13,8 milhões, referente ao resultado de 2009, contra R\$8,5 milhões em 2009, referente ao resultado de 2008. Em 2011 serão distribuídos R\$17,6 milhões, referente ao resultado de 2010. Visando ao aumento da produtividade, ao crescimento profissional dos empregados e à melhoria do desempenho e do ambiente organizacional, buscamos investir em programas de treinamento comportamental, técnico e operacional. Nossos investimentos nessa área têm sido crescentes, totalizando desembolso de R\$960 mil em 2010. Nosso programa de estágio tem como objetivo, atrair, desenvolver e reter talentos que queiram crescer e adquirir expertise para atuar em sinergia com as perspectivas de crescimento da empresa para os próximos anos. Em 31/12/2010, 103 estagiários participavam do programa, dos quais 74% estavam locados em áreas de engenharia e técnica. Em 2010 implantamos o programa trainee - Conexão Mills, com o objetivo de garantir profissionais preparados para atuar na Companhia no curto e médio prazo, visando suportar o crescimento projetado da Mills. Captamos e formamos jovens talentos, com até 3 anos de formação superior, para que desenvolvam competências comportamentais adequadas à cultura e atividades da Companhia. O programa Conexão Mills encerrou 2010 com 5 trainees, distribuídos nas divisões de Construção e Serviços Industriais.



### Estrutura acionária e reorganização societária

No início de 2010, o capital social votante e total da Mills era constituído de 87.420.577 ações ordinárias, sendo seus principais acionistas Participações e Empreendimentos Staldzene S/A (Staldzene) com 72,6% do capital social votante e total, e os fundos de *private equities*, Fundo Península FIP e Natpriv, com 13,7% cada. Em março de 2010, em razão do exercício da opção de compra de ações de parte dos beneficiários dos planos de opções de ações vigentes da Mills, houve emissão de 153.690 novas ações ordinárias. Em abril de 2010 a Mills realizou oferta pública inicial de ações (IPO), emitindo 37.037.037 novas ações ordinárias que resultaram na captação de recursos líquidos de R\$411 milhões. Após a oferta pública, onde também houve oferta secundária de ações, o principal acionista, Staldzene passou a deter 46,0% do capital total da Mills. Nesta data, o *free float* da Mills era de 47,9%, uma vez que os *private equities* Fundo Península FIP e Natpriv, com participação conjunta de 6,2% do capital total da Mills, tinham restrição de venda de suas ações até 6 meses após o IPO. Em setembro de 2010, a Staldzene reduziu seu capital social através da restituição aos seus acionistas de ações de emissão da Mills detida por esta na época. Como consequência da sua redução de capital, a participação da Staldzene no capital social votante e total da Mills foi reduzida em 6,7%, passando de 46,0% para 39,3%. Em outubro de 2010, após o término do período de restrição de venda, os *private equities* realizaram uma operação de venda em bloco de suas participações remanescentes na Mills, e, consequentemente, o *free float* da Mills elevou-se para 57,2%. Em novembro de 2010, a Staldzene foi extinta em razão de operação de reorganização societária. A Nacht Participações S/A (Nacht) incorporou a Staldzene, sucedendo-a em todos os seus direitos e obrigações. Como consequência dessa operação, a Nacht passou ser acionista direta da Mills com 39,3% do capital total e social votante da Companhia. Em novembro de 2010, em razão do exercício da opção de compra de ações de parte dos beneficiários dos planos de opções de ações vigentes da Mills, houve emissão de 884.005 novas ações ordinárias. Desta forma, o capital social votante e total da Mills no final de 2010 era constituído de 125.495.309 ações ordinárias.

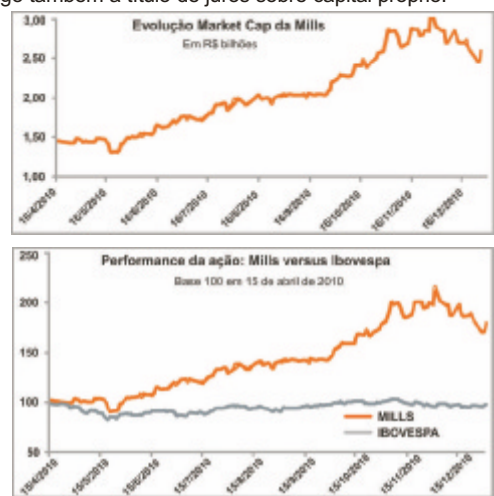
### Auditor Independente

Conforme Instrução CVM 381/2003, os serviços contratados junto aos nossos auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), referente ao exercício social de 2010, que não os de auditoria externa usualmente prestados por ela, apresentaram desembolsos com honorários no montante de R\$100 mil, equivalente a 11,7% dos gastos com auditoria externa no mesmo período, relativos a 2 projetos: (a) mapeamento de processos para nos auxiliar na escolha do software integrado de planejamento de recursos corporativos (ERP), com data de contratação em 01/09/2009 e prazo de duração de 12 meses; e (b) acompanhamento da implantação do ERP (PA - Project assurance e QA - quality assurance), com data de contratação em 8/12/2010 e prazo de duração inferior a 12 meses. Desembolsos com honorários relativos ao último contrato ocorrerão apenas no exercício social de 2011. Os gastos com auditoria externa no ano de 2010 incluem os honorários relativos à auditoria no processo de IPO da Companhia. A contratação de auditores externos requer uma aprovação prévia do nosso Conselho de Administração e segue as regras de restrições estabelecidas pela legislação e desde que não coloque em risco a independência e a objetividade dos nossos auditores. Entendemos não haver conflitos de interesse entre os serviços prestados por nossos auditores independentes em razão da natureza de tais serviços, bem como pela diferença dos honorários para cada um dos serviços contratados. Segundo a PwC, os trabalhos realizados pelo seu departamento de consultoria em sistema não afetaram sua independência, pois esta atuou apenas como revisor independente dos projetos, identificando os principais riscos e recomendações para que a Mills pudesse tomar decisões suportadas por informações independentes. Ambos os projetos representaram um mero apoio à tomada de decisão da Mills não tendo participação direta da PwC na escolha do ERP a ser adquirido e na implementação dos processos necessários para o bom funcionamento. Além disso, estes projetos passaram pelos procedimentos internos de autorização de serviços da PwC e foram devidamente aprovados pelos sócios envolvidos.

### Geração de valor ao acionista

Realizamos a oferta pública (IPO) de nossas ações no dia 15/04/2010 ao preço de R\$11,50 por ação. Em 31/12/2010, o preço de fechamento da ação da Mills na BM&FBOvespa foi igual a R\$20,60, com crescimento de 79,1% em relação ao preço do IPO, ante performance de -1,73% do índice IBOVESPA no mesmo período. Em 31 de dezembro, o valor de mercado da Mills (market cap) era igual a R\$2,6 bilhões. Em 2010, pagamos aos nossos acionistas R\$16,2 milhões sob a forma de juros sobre capital próprio e dividendos. Em dezembro de 2010, anunciamos a proposta de pagamento de R\$25,4 milhões, equivalente a R\$0,20 por ação, sob a forma de juros sobre capital próprio (JCP), que será pago até o dia 30 de abril, sujeito à aprovação na assembleia de acionistas, aos detentores de

ações em 28/12/2010. Desta forma, o valor total gerado ao acionista (TSR - Total Shareholder Return) da Mills desde a data do IPO até 31/12/2010 foi igual a 80,9%. De acordo com estatuto da Mills, o dividendo obrigatório é 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das S.A. O dividendo obrigatório pode ser pago também a título de juros sobre capital próprio.



### Desempenho por segmento de negócio

#### DIVISÃO CONSTRUÇÃO

Através da divisão Construção, fornecemos soluções específicas de engenharia e equipamentos, com relação a formas de concretagem e escoramento, destinados à construção de grandes estruturas. Fornecemos planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos às construtoras responsáveis por obras de infraestrutura do Brasil. Em 2010, a receita líquida da divisão Construção totalizou R\$154,3 milhões, com crescimento de 5,5% em relação a 2009. A receita de locação desta divisão foi negativamente afetada pelo enfraquecimento da demanda no segmento de construção pesada a partir de setembro de 2010. Entre os anos de 2009 e 2010, a receita de locação reduziu em R\$3,5 milhões, ou 2,8%, dos quais o aumento do volume locado contribuiu com R\$5,0 milhões e preços e mix de equipamentos contribuiu com redução de R\$8,5 milhões. Em 2010, 79% (versus 86% em 2009) da receita líquida deste segmento foram referentes a aluguel de equipamento, enquanto os 21% (versus 14% em 2009) restantes são referentes à assistência técnica, vendas e outras receitas. Como houve atraso ou no processo de licitação ou no desenvolvimento de obras relevantes, como metrô e Rodanel em São Paulo, Arco Rodoviário no Rio de Janeiro e as refinarias da Petrobras em Pernambuco e no Rio de Janeiro, entre outros, a demanda por nossos equipamentos e serviços foi inferior à inicialmente estimada, resultando em menor taxa de utilização no final de 2010, uma vez que adquirimos ao longo do ano parte dos equipamentos necessários para atendê-las. Desta forma, estamos preparados para atender o grande volume de novas obras de infraestrutura que se iniciará em 2011 que incluem as seguintes obras contratadas: a via expressa BRT Transoeste, metrô linha 4 e a refinaria da Petrobras no Rio de Janeiro, 5 estádios para Copa de 2014, projetos da Vale no Pará, monotrilho e ponte estaiada Marginal Tiete em São Paulo, e projetos de saneamento básico em todo território nacional. Além destas obras, estamos negociando nossa participação na construção das vias expressas BRT Transcarioca e Transolímpica e do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, metrô e rodanel trecho leste em São Paulo, ferrovias Oeste-Leste e Norte-Sul trecho Sul, entre outros. Estimamos uma melhora gradual do mercado no início de 2011, com forte retomada no 2º semestre de 2011 (2S11). Como trabalhamos com vários parceiros na fabricação de nossos equipamentos, temos flexibilidade para adequarmos o plano de investimento de acordo com a programação das licitações e das estimativas de início das obras. Em 2010, o EBITDA atingiu R\$73,6 milhões, ante R\$73,7 milhões em 2009, e a margem EBITDA foi de 47,7% em 2010, versus 50,4% em 2009. O ROIC foi de 24,1% em 2010, versus 32,9% em 2009.

#### DIVISÃO JAHU

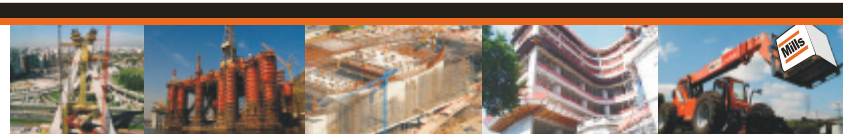
Através da divisão Jahu, fornecemos soluções específicas de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem, escoramento e andaimes, destinados à construção residencial e comercial. Fornecemos planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos às construtoras responsáveis pela execução das obras residenciais e comerciais no Brasil. Em 2010, a receita líquida da divisão Jahu, focada nos mercados de construção residencial e comercial, somou R\$105,1 milhões, com aumento de 69,1% em relação a 2009, devido à maior receita com locação e vendas, que contribuíram com 55% e 34% do incremento, respectivamente. Em 2010, 78% (vs. 93% em 2009) da receita líquida desta divisão foram referentes a aluguel de equipamento, enquanto os 22% (vs. 7% em 2009) restantes são referentes à assistência técnica, vendas e outras receitas. Entre os anos de 2009 e 2010, a receita de locação ampliou em R\$23,5 milhões, ou 40,4%, dos quais o aumento do volume locado contribuiu com R\$28,8 milhões e preços e mix de equipamentos contribuiu com redução de R\$5,3 milhões. Em 2010, o EBITDA atingiu R\$43,9 milhões, com ampliação de 37,8% em relação ao ano anterior, e a margem EBITDA foi de 41,7% em 2010, versus 51,2% em 2009. A margem EBITDA foi prejudicada pela maior participação de vendas no mix de receita e pela ampliação da SG&A resultante da duplicação do número de unidades no período. O ROIC foi de 23,5% em 2010, versus 26,9% em 2009. Temos como meta para 2011 consolidar o mercado de 2 produtos que foram lançados em 2010, Mills Deck Light e a plataforma de cremalheira. O Mills Deck Light é um sistema de formas de laje plana para o segmento residencial e comercial, enquanto a plataforma de cremalheira permite maior velocidade no revestimento de fachada durante sua construção ou reforma. Adicionalmente, planejamos ampliar nossas receitas com aluguel de formas e andaime suspenso, iniciar a fabricação das formas de alumínio Easy-set no Brasil e abrir mais 3 unidades em 2011.

#### DIVISÃO SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Através da divisão Serviços Industriais, fornecemos estruturas de acesso de pessoal e materiais e oferecemos serviços de pintura industrial, tratamento de superfície e isolamento térmico em grandes plantas industriais. Nossa equipe trabalha em conjunto com o empreiteiro industrial ou com o departamento de manutenção da unidade industrial nas tarefas de planejamento, montagem e desmontagem de estruturas, quando e onde sejam necessários, e presta serviços com mão de obra própria de forma a garantir qualidade e segurança na sua execução. Em 2010, a divisão Serviços Industriais gerou receita líquida de R\$195,4 milhões, com crescimento de 38,2% em relação a 2009. Esta divisão fornece estruturas de acesso e serviços de pintura e isolamento térmico durante as fases de construção de novas plantas industriais (novas plantas) e de manutenção preventiva e/ou corretiva em grandes plantas industriais (manutenção). Em 2010, os serviços realizados na construção de novas plantas contribuíram com R\$56,9 milhões, ou 29% da receita total, enquanto que os serviços de manutenção contribuíram com R\$138,5 milhões, ou 71% da receita total. Entre os anos de 2009 e 2010, a receita líquida ampliou em R\$54,0 milhões, dos quais os serviços realizados na construção de novas plantas contribuíram com 13% do incremento e os serviços de manutenção contribuíram com 87%. O segmento de óleo e gás contribuiu com 47,7% da receita da divisão em 2010, ante 36,2% em 2009, fruto dos novos contratos assinados referente a implantação da Petroquímica Suape e outro referente à manutenção da plataforma Alaskan Star no estaleiro Brasfells. O segmento de óleo e gás foi responsável por 78% da ampliação da receita no período. Abrimos, em 2010, 2 novas unidades: 1 em Recife, no estado de Pernambuco, para atender a construção da refinaria da Petrobras (Renest), a petroquímica Suape e o estaleiro Atlântico Sul, e outra em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, visando a construção de cascos de 8 plataformas no dique seco da Petrobras e diversos módulos de plataformas. Em 2011, abriremos 1 nova unidade desta divisão. Além do setor de óleo e gás, prestamos serviços de acesso, pintura e isolamento para os setores petroquímico, siderúrgico, mineração, papel e celulose, entre outros. Em 2010, o EBITDA atingiu R\$26,1 milhões, com ampliação de 25,5% em relação ao ano anterior, e a margem EBITDA foi de 13,4% em 2010, versus 14,7% em 2009. O ROIC foi de 16,0% em 2010, versus 15,0% em 2009. Em 2011 investiremos tanto em equipamentos tradicionais, como estruturas tubulares de aço, para atender demanda crescente neste mercado e como em novos equipamentos de alumínio que, apesar de serem mais caros do que os de aço, possibilitam aumento de produtividade na montagem e desmontagem das estruturas de acesso e consequentemente deverão proporcionar redução de custos de pessoal, que representa aproximadamente 80% dos custos da divisão.

#### DIVISÃO RENTAL

Através da divisão Rental, fornecemos equipamentos motorizados de acesso, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis. Em 2010, a receita líquida da divisão Rental, focada no aluguel e vendas de equipamentos motorizados de acesso com suporte técnico, totalizou R\$95,1 milhões, sendo 74,8% superior a de 2009, devido à maior receita com locação e vendas, que contribuíram com 83% e 12% do incremento, respectivamente. Como resultado do nosso forte plano de investimento e expansão geográfica, alcançamos em 2010 a liderança de mercado de aluguel de equipamentos motorizados de acesso no Brasil. Em 2010, 89% (vs. 94% em 2009) da receita líquida deste segmento foram referentes a aluguel de equipamentos, enquanto os 11% (vs. 6% em 2009) restantes são referentes à venda e assistência técnica. Entre os anos de 2009 e 2010, a receita de locação ampliou em R\$33,8 milhões, ou 66,2%, dos quais o aumento do volume locado contribuiu com R\$42,5 milhões e preços e mix de equipamentos contribuiu com redução de R\$8,7 milhões. Em 2010, abriremos 5 unidades no Sudeste - Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, Vitória, no Espírito Santo, e Uberlândia, em Minas Gerais, 2 no Nordeste - Recife, em Pernambuco, e Fortaleza, no Ceará, 2 no Sul - Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Curitiba, no Paraná, e 1 no Norte - Parauapebas, no Pará. Continuamos com nossa expansão geográfica, uma vez que a localização é fator crítico para competitividade da locação dos nossos equipamentos, pois como os contratos têm menor duração, prazo médio de 3 meses, o custo logístico é mais representativo no custo total de locação para o cliente. Planejamos abrir 5 novas unidades em 2011. Em 2010, o EBITDA atingiu R\$51,0 milhões, com ampliação de 62,6% em relação ao ano anterior, e a margem EBITDA foi de 53,6% em 2010, versus 57,6% em 2009. Em 2010, a margem EBITDA foi prejudicada pela maior participação de vendas no mix de receita e pela ampliação da SG&A resultante do aumento significativo do número de unidades no período. O ROIC foi de 19,2% em 2010, versus 21,4% em 2009.



## Perspectiva de negócios

Em 2010, o governo desembolsou R\$22,1 bilhões, ou 0,60% do PIB, com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, ante R\$17,9 bilhões, ou 0,56% do PIB, em 2009. A previsão é a realização de licitações em 2011 de projetos relacionados ao PAC que envolvem investimentos de R\$68 bilhões em obras de infraestrutura. Algumas destas licitações já possuem data marcada, como o caso do trem de alta velocidade (TAV) entre Rio e São Paulo, e outras que aguardam há mais de um ano para serem licitadas, como a terceira etapa de concessões de rodovias, cujo processo de licitação era esperado para início de 2009. Os principais projetos a serem licitados neste ano são os da área de transporte, que incluem o trem bala Rio de Janeiro-São Paulo, com investimentos estimados em R\$33 bilhões, terceira etapa de concessões de rodovias (R\$6,3 bilhões em conjunto), Rodoanel Norte de São Paulo (R\$5,0 bilhões), Ferrovia Centro-Oeste (R\$4,1 bilhões), e Ferrovia Leste-Oeste (R\$1,8 bilhão). Infelizmente, estamos expostos ao risco de atrasos no processo de licitação e, consequentemente, no início de suas obras. Dificuldades com licenças ambientais e intervenções do Tribunal de Contas da União (TCU) estão entre os principais entraves do cronograma de licitação dos projetos. Apesar de não estarmos expostos ao risco de execução de obra, pois recebemos mensalmente pelo aluguel de nossos equipamentos, independentemente do estágio de execução da obra, estamos expostos ao risco de atraso no início da obra, como ocorreu no 2º semestre de 2010 (2S10). Dado o cronograma previsto das obras já licitadas no ano passado e mudança nos governos federal e estaduais, esperamos que no 1º semestre de 2011 (1S11) ocorra fraca recuperação do segmento construção pesada e que no 2º semestre de 2011 (2S11) haja uma retomada forte da demanda no setor de infraestrutura. Segundo a pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o indicador de expectativa para indústria da construção civil para os próximos 6 meses mostra otimismo, com valor de 61,9 em janeiro de 2011, onde valores acima de 50 indicam perspectiva de expansão de atividade no setor. O índice de dessazonalizador de produção de insumo para construção civil ultrapassou em novembro de 2010 o valor de maio, quando iniciou sua queda, alcançado o valor mínimo de 149,93 em julho. O mês de dezembro houve leve aumento em relação ao mês de novembro, totalizando índice de 155,37, indicando retomada do setor. As nossas receitas de 2011 da divisão Construção se beneficiarão de novos projetos como metrô, arco rodoviário, via expressa Transoeste e refinaria do COMPERJ, no Rio de Janeiro, monorail e ponte estaiada da Marginal Tietê, em São Paulo, estádios para Copa de 2014 nas cidades-sede, obras da Vale na região Norte, entre outros. Ao mesmo tempo continuaremos oferecendo nossos equipamentos e serviços para obras importantes como as usinas hidroelétricas de Santo Antonio, Jirau e Estreito, a ferrovia Transnordestina e o projeto de transposição do Rio São Francisco. O anúncio recente de corte de R\$50 bilhões no orçamento da União não deverá apresentar cancelamentos de projetos do PAC. Entretanto, acreditamos que os desembolsos com estes projetos ocorrerão de forma mais lenta do que previsto, influenciado principalmente pelos atrasos no processo de licitação, atrasos na obtenção de licenças ambientais e ritmo de execução das obras, conforme ocorreu com os projetos integrantes do PAC 1, cujos investimentos totalizaram R\$559,6 bilhões até outubro de 2010, equivalente a 85% do total previsto para o período de 2007 a 2010, mas com somente 60,4% das ações concluídas neste período. O mercado de construção residencial e comercial continua bastante aquecido. PDG, Cyrela, MRV, Rossi, Brookfield, Even, CCDI e Inpar divulgaram lançamentos totais de R\$27,6 bilhões em 2010, com crescimento de 55,0% em relação a 2009, sendo que 39,5% dos lançamentos de 2010 foram concentrados no último trimestre, o que implica que suas respectivas construções ocorrerão em

2011, uma vez que o prazo entre o lançamento e o início da construção do empreendimento varia de 6 a 9 meses, dependendo do sucesso das vendas. O saldo estimado de crédito habitacional no final de dezembro, segundo dados do Banco Central do Brasil (BACEN), foi igual a R\$131,4 bilhões, com crescimento de 50,4% em relação ao saldo no final de 2009, apresentando crescimento mensal acima de 4,0% no último trimestre, também favorecendo o crescimento do setor. Recentemente o BACEN aumentou a taxa de juros no Brasil para manter a inflação dentro da faixa meta. Entretanto o alto índice de inflação no mês de janeiro, onde o IPCA dos últimos 12 meses acumulou alta de 5,99% em janeiro de 2011 e 0,83% no mês, e o risco da inflação apresentar tendência de alta sinalizam possíveis aumentos futuros na taxa de juros para conter o ritmo da inflação. Acreditamos que o atual nível de taxa de juros ou apenas uma pequena elevação desta não mudará o cenário de alta demanda no mercado imobiliário nos próximos meses, principalmente porque a disponibilidade de crédito continua em expansão. Entretanto, caso haja um aumento relevante da taxa de juros e/ou queda na disponibilidade de crédito no mercado imobiliário poderá haver redução do número de lançamentos previstos para 2011. O programa Minha Casa, Minha Vida continua sendo um importante vetor de crescimento de receita para a divisão Jahu. De acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF), 660 mil novos contratos de financiamento pelo programa foram firmados em 2010, dos quais 57% na faixa de renda de até 3 salários mínimos e os 43% restantes para faixa de renda de 3 a 10 salários mínimos. Ainda de acordo com a CEF, 236,1 mil imóveis foram entregues em 2010 dentro do programa e a previsão é que 429,7 mil novas moradias sejam entregues neste ano. Recentemente houve mudança no valor máximo das unidades enquadradas neste programa e, em março, o conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) definirá o novo limite de renda do programa e a taxa de juros máxima que poderá ser cobrada para cada faixa de renda. Entendemos que estas medidas são positivas para o aumento da demanda por moradias dentro do programa, que tem como meta a construção de dois milhões de unidades entre 2011 e 2014. Nessas formas de alumínio Easy-set voltadas para construção de residências para população de baixa renda tiveram uma excelente penetração neste mercado, resultante de sua facilidade de manuseio, montagem e desmontagem e consequente aumento de produtividade. Neste ano, iniciamos a fabricação deste produto Brasil, que atualmente é importado, e planejamos cadastrá-lo no sistema FINAME do BNDES viabilizando melhores taxas de financiamento na compra do nosso produto. Acreditamos que estes 2 fatores combinados irão aumentar a competitividade do nosso produto no mercado de residências dentro do programa Minha casa, Minha Vida. O mercado de construção civil está convivendo atualmente com maiores riscos de inflação e escassez de mão de obra e de material. Neste cenário, a produtividade tem maior valor para as empresas do setor, uma vez que elas desejam reduzir o ciclo de produção para minimizarem a exposição à inflação de materiais e a necessidade de mão de obra, ou seja, a tendência é a aplicação de processos mais industrializados na construção. Como os nossos projetos e equipamentos possibilitam ganhos de produtividade nas obras, eles se tornam mais competitivos neste contexto. Desta forma, começamos a trabalhar em conjunto com algumas empresas do setor na fase de planejamento do empreendimento, analisando a estrutura de concreto mais adequada para industrializar o processo de construção e reduzir a necessidade de mão de obra e o custo total da obra. Para nossa divisão Jahu, o ano de 2011 já começou bastante aquecido. Apesar do aumento significativo de nossa capacidade nos últimos meses, a taxa de utilização desta divisão tem aumentado, mantendo-se em níveis acima do normal. Dado que o nosso investimento estimado é de R\$136,4 milhões em 2011 nesta divisão, planejamos receber um volume mensal significativo de equipamentos, dedicados principalmente a abastecer as 7 unidades

abertas no 4º trimestre de 2010 (4T10). Esperamos que estas novas unidades tornem-se lucrativas no decorrer do 2S11. No 1º trimestre de 2011 (1T11), abriremos uma nova unidade e planejamos abrir mais 2 novas unidades no 2S11. No segmento Serviços Industriais, os investimentos estimados em R\$378 bilhões no setor de óleo e gás no Brasil entre 2011 e 2014 são o principal vetor de crescimento. Em 2010, o segmento de óleo e gás contribuiu com 47,7% da receita da divisão Serviços Industriais e foi responsável por 78% da ampliação da receita desta divisão em relação a 2009. Recentemente fechamos novos contratos que afetarão nossas receitas a partir do 1S11, como o contrato para instalação de cabine de jateamento e pintura de tubulação na obra da nova refinaria da Petrobras no Rio de Janeiro, COMPERJ. O jateamento é realizado para preparar a superfície da tubulação, eliminando as impurezas e contribuindo para melhor aplicação e durabilidade da pintura. Acreditamos que este será o primeiro de uma série de contratos que poderão ser fechados durante a construção da refinaria COMPERJ, que terminou recentemente sua fase de terraplanagem e tem prazo previsto de conclusão de sua construção para final de 2013. Adicionalmente, fechamos contratos que envolvem serviços de acesso, pintura e isolamento térmico para usina nuclear Angra 3, terminal portuário da CSN, ambos no estado do Rio de Janeiro, refinaria Gabriel Passos da Petrobras, fábrica de cimento Brennand, ambos no estado de Minas Gerais, e fábrica de fertilizantes da Petrobras, no estado da Bahia. Temos como estratégia para esta divisão a identificação de oportunidades de serviços complementares que podemos oferecer aos nossos clientes, principalmente no setor de óleo e gás, e o aumento da nossa diferenciação em relação aos nossos competidores com introdução de novas tecnologias, gerenciamento de contrato e políticas de segurança. O mercado de equipamentos motorizados de acesso está em franco crescimento. A frota brasileira de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos terminou o ano de 2010 com 10.600 unidades, de acordo com nossas estimativas, ante 721.000 unidades em 2009 nos EUA, segundo relatório da Yengst Associates publicado em maio de 2010. Houve crescimento de 32,5% do tamanho da frota brasileira entre 2009 e 2010. Acreditamos que este mercado continuará crescendo com altas taxas nos próximos anos, dado à substituição destes equipamentos no Brasil, onde o uso foi incentivado pela regulamentação recente que exige o uso de plataformas aéreas para elevar pessoas, aumentando a segurança no local de trabalho. Ademais, a busca por aumento de produtividade, dada a escassez de mão de obra, amplia a necessidade de mecanizações dos canteiros de obras, o que contribuiu para o incremento da demanda futura por estes equipamentos. Terminamos o ano de 2010 com 14 unidades da divisão Rental e planejamos abrir mais 5 novas unidades em 2011, das quais três no 1T11. Em 2011, esta divisão demandará investimentos de R\$128,9 milhões. De forma a contribuir para a formação de profissionais para o mercado de plataforma aéreas no Brasil, iniciamos, em fevereiro de 2011, cursos de capacitação para operadores de plataforma aérea no Brasil com certificação internacional da International Powered Access Federation (IPAF), organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e efetivo destas máquinas no mundo. Este relatório pode incluir declarações que apresentem expectativas da Administração da Companhia sobre eventos ou resultados futuros. Todas as declarações quando baseadas em expectativas futuras e não em fatos históricos envolvem vários riscos e incertezas. A Mills não pode garantir que tais declarações venham a ser corretas. Tais riscos e incertezas incluem fatores relativos à economia brasileira, ao mercado de capitais, aos setores de infraestrutura, imobiliário, de óleo e gás, entre outros, e a regress governamentais, que estão sujeitos à mudança sem prévio aviso. Para obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diferentes daqueles estimados pela Companhia, favor consultar os relatórios arquivados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais				
Ativo	Nota	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Circulante</b>		<b>307.915</b>	<b>104.457</b>	<b>62.502</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.192	1.575	1.629
Títulos e valores mobiliários	7	136.146		
Contas a receber	8	122.136	71.504	51.528
Estoques		5.630	1.382	413
Tributos a recuperar	9	26.157	25.727	6.136
Despesas do exercício seguinte		312	218	236
Outros ativos		11.342	4.051	2.560
<b>Não circulante</b>		<b>616.178</b>	<b>335.837</b>	<b>281.463</b>
Contas a receber	8	3.781	4.413	5.216
Tributos a recuperar	9	3.943	173	172
Tributos diferidos		8.057	10.038	10.397
Depósitos judiciais	16	7.328	5.960	6.298
		<b>23.109</b>	<b>20.584</b>	<b>22.083</b>
Investimentos				1.810
Imobilizado	10	551.174	275.988	218.423
Intangível	11	41.895	39.265	39.147
<b>Total do ativo</b>		<b>924.093</b>	<b>440.294</b>	<b>343.965</b>

Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	Nota	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Fornecedores</b>		<b>32.743</b>	<b>11.713</b>	<b>14.077</b>
Empréstimos e financiamentos	12	46.698	56.811	45.958
Salários e encargos sociais		21.264	14.716	13.184
IR e contribuição social	15		74	2.214
Programa recuperação fiscal (REFIS)	17	717	786	
Tributos a pagar		4.357	4.023	3.607
Participação nos lucros a pagar		17.504	13.824	8.523
Dividendos propostos	19	28.112	16.242	
Outros passivos		9.395	1.251	141
<b>Não circulante</b>		<b>108.151</b>	<b>148.213</b>	<b>165.916</b>
Empréstimos e financiamentos	12	85.925	127.127	142.063
Tributos a pagar			375	629
Programa recuperação fiscal (REFIS)	17	10.041	11.008	
Contas a pagar - Plano de ações	14		583	
Provisão para contingência	16	11.139	8.527	21.929
Outros passivos		1.046	593	1.295
<b>Total do passivo</b>		<b>268.941</b>	<b>267.653</b>	<b>253.620</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>655.152</b>	<b>172.641</b>	<b>90.345</b>
Capital	18	525.123	80.681	67.124
Reservas de lucros	18	145.202	86.232	23.279
Reservas de capital	18	(8.170)	5.728	(58)
Ajuste de avaliação patrimonial	18	(7.003)		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>924.093</b>	<b>440.294</b>	<b>343.965</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em milhares de reais			
	31/12/10	31/12/09	
<b>Receitas</b>	<b>603.135</b>	<b>438.230</b>	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	632.990	459.654	
Cancelamentos e descontos	(28.455)	(18.020)	
Outras receitas (venda de ativos)	125	177	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(1.525)	(3.581)	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(118.860)</b>	<b>(69.146)</b>	
Custo das mercadorias vendidas	(23.227)	(7.458)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(90.498)	(59.798)	
Baixa de ativos de locação	(3.859)	(379)	
Outros	(1.276)	(1.511)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>484.275</b>	<b>369.084</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	(47.050)	(31.854)	
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>437.225</b>	<b>337.230</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	18.673	5.826	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>455.898</b>	<b>343.056</b>	

A demonstração de valor adicionado não forma parte das demonstrações financeiras conforme IFRS. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	31/12/10	31/12/09
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>		<b>21</b>	<b>549.884</b>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(254.798)	(169.603)
<b>Lucro bruto</b>		<b>295.086</b>	<b>234.590</b>
Despesas gerais e administrativas	22	(147.623)	(108.791)
<b>Lucro operacional</b>		<b>147.463</b>	<b>125.799</b>
Receitas financeiras	23	18.673	941
Despesas financeiras	23	(24.306)	(25.316)
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		<b>(5.633)</b>	<b>(24.375)</b>
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>		<b>141.830</b>	<b>101.424</b>
Imposto de renda e contribuição social	15	(38.547)	(33.036)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>103.283</b>	<b>68.388</b>
Lucro básico por ação - R\$ (nota 20(a))		0,82	0,78
Lucro diluído por ação - R\$ (nota 20(b))		0,81	0,77

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Em milhares de reais			
	Nota	31/12/10	31/12/09
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>103.283</b>	<b>68.388</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente: Hedge de fluxos de caixa</b>	25(b)	<b>(7.003)</b>	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>96.280</b>	<b>68.388</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Em milhares de reais			
	31/12/10	31/12/09	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Pessoal e encargos		185.052	131.761
Remuneração direta		144.584	104.573
Benefícios		31.168	20.706
FGTS		9.300	6.482
Impostos, taxas e contribuições		126.236	91.545
Federais		112.882	83.304
Estaduais		4.161	1.301
Municipais		9.193	6.940
Remuneração sobre o capital de terceiros		41.327	51.362
Juros e variações cambiais		24.666	30.474
Aluguéis		16.661	20.888
Remuneração sobre o capital próprio		103.283	68.388
Juros sobre o capital próprio e dividendos		28.112	16.242
Lucros retidos		75.171	52.146
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>455.898</b>	<b>343.056</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Em milhares de reais			
	31/12/10	31/12/09	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido antes do IR e contribuição social</b>		<b>141.830</b>	<b>101.424</b>
<b>Ajustes</b>		<b>68.905</b>	<b>68.095</b>
Depreciação e amortização		47.052	31.854
Provisão para contingências		1.361	1.285
Provisão para despesa com opções de ações		586	4.060
Participação de lucros		17.504	13.824
Valor residual dos investimentos e operações com coligadas baixados			2
Ganho na alienação dos ativos imobilizados e intangível baixados		(13.770)	(3.943)
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(4.812)	
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e Depósitos judiciais		22.020	21.013
Parcelamento especial - Lei 11.941/2009		(1.036)	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>(24.063)</b>	<b>(23.781)</b>
Contas a receber		(50.000)	(18.890)
Estoques		(4.248)	(927)
Tributos a recuperar		10.560	(9.363)
Depósitos judiciais		(1.368)	(170)
Outros ativos		(7.385)	(1.474)
Fornecedores		21.030	(1.872)
Salários e encargos sociais		6.548	1.532
Tributos a pagar		(755)	819
Outros passivos		1.555	6.564
<b>Caixa proveniente das operações</b>		<b>186.672</b>	<b>145.738</b>
Participação nos lucros paga		(13.824)	(8.523)
Juros pagos		(19.282)	(19.180)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.941)	(28.334)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>121.625</b>	<b>89.701</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Em milhares de reais			
	31/12/10	31/12/09	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Títulos e Valores Mobiliários		(131.334)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(348.481)	(76.356)
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível		17.999	4.822
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(461.816)</b>	<b>(71.534)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Em milhares de reais			
	31/12/10	31/12/09	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aportes de capital		428.241	149
Custo com emissões de ações		(15.068)	
Dividendos e JCP pagos		(15.527)	(7.476)
Amortização de empréstimos		(99.451)	(42.918)
Ingressos de empréstimos		46.613	31.895
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos</b>		<b>344.808</b>	<b>(18.350)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Em milhares de reais			
	31/12/10	31/12/09	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		<b>4.617</b>	<b>(183)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício (Nota 6)</b>		<b>1.575</b>	<b>1.758(*)</b>
<b>No final do exercício (Nota 6)</b>		<b>6.192</b>	<b>1.575</b>

(\*)Sem os efeitos da incorporação descrito na Nota 1(iii).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais</



sões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Cia. **(e) Demonstrações de valor adicionado:** A Cia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as Cias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **2.2. Adoção inicial dos CPCs:** Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31/12/2009, a Cia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil (BRGAAP antigo). A aplicação dos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC, não geraram efeitos no patrimônio líquido e resultado da Cia, porém alguns saldos foram reclassificados para atendimento às novas normas contábeis. As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2010 são as primeiras preparadas totalmente de acordo com o CPC. Desta forma, a Cia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em 01/01/2009, como descrito em suas políticas contábeis. **Representação dos ITR's de 2010:** Conforme facultado pela Deliberação CVM 603/2009, a administração da Cia apresentou as informações trimestrais do exercício de 2010 utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31/12/2009. Tal deliberação permitia que as informações trimestrais do exercício de 2010 fossem reapresentadas juntamente as demonstrações financeiras anuais de 2010. No entanto, a CVM publicou em 25/01/2011 a Deliberação CVM 656/11 que alterou a Deliberação CVM 603/2009, postergando a apresentação das informações trimestrais até a apresentação do 1º ITR de 2011. A Cia decidiu utilizar desta prerrogativa, e, portanto as informações trimestrais de 2010 não estão sendo divulgadas juntamente com essas demonstrações financeiras. A aplicação dos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC durante 2010, não geraram efeitos nos patrimônios líquidos e resultados da Cia para os trimestres findos em 31/03, 30/06 e 30/09/2010, porém alguns saldos serão reclassificados para atendimento às novas normas contábeis. **2.2.1. Isenções adotadas:** O CPC 37: Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade permite algumas isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs para o exercício findo em dezembro de 2010. A Cia aplicou a seguinte isenção: CPC 15: A Cia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no CPC 15 e, assim sendo, não representou as combinações de negócios que ocorreram antes de 01/01/2009, data de transição. As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Cia: • o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009; • os contratos de seguro, pois a Cia não tem operações deste tipo; • ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures, uma vez que a Cia não possui subsidiárias coligadas e joint ventures; • instrumentos financeiros compostos porque a Cia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição; • passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Cia não tem quaisquer passivos deste tipo; • ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que a Cia não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação. **Exceções da aplicação retrospectiva sob a Cia:** A Cia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva. **(a) Exceção da contabilização de hedge:** A administração utilizou a contabilização de *hedge* a partir de 01/01/2009 somente nos casos em que a relação de *hedge* atendia aos critérios de contabilização de *hedge* do CPC 38/IAS 39 naquela data. **(b) Exceção das estimativas:** As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 01/01/2009 e em 31/12/2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). **2.3. Principais práticas contábeis: (i) Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de 3 meses ou menos, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, além de limites utilizados de conta garantida. **(ii) Instrumentos financeiros. (a) Reconhecimento inicial e mensuração:** A Cia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Cia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Cia o incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e outras contas a receber. **(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** São representados por não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As variações do valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Os rendimentos desses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira. São representados por títulos e valores mobiliários de liquidez imediata junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI com reconhecimento dos rendimentos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os valores contábeis desses títulos e valores mobiliários, uma vez indexados ao CDI, se aproximam substancialmente de seus valores justos. **(c) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(d) Impairment de ativos financeiros ao custo amortizado:** A Cia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Cia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se relacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Cia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(e) Atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de "hedge" de fluxo de caixa. **(e.1) Hedge de fluxo de caixa:** A Cia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das operações de *hedge*. A Cia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado do exercício. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva, quando a operação protegida por *hedge* prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo ativos imobilizados), previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo imobilizado. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no resultado do exercício pela depreciação dos ativos imobilizados. No ano de 2009 até junho de 2010 o ganho ou perda relacionada com as operações de *hedge* eram reconhecidas no resultado visto que a documentação acima descrita não havia sido preparada. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 25. **(iii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustada pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para impairment). A provisão para impairment é constituída quando há evidência objetiva que a Cia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. Tal provisão é calculada com base na análise de risco de créditos, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. **(iv) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. **(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de IR e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido os impostos sobre a renda são reco-

nhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de IR e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o IR e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de IR e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Para fins de apuração do IR e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Cia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **(vi) Depósitos judiciais:** Estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (Nota 16). **(vii) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional:** Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas das empresas, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem. O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações. São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas. Custo histórico inclui custos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens do ativo imobilizado. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 10, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada data de encerramento do balanço. Nas avaliações e mensurações feitas pela empresa as vidas úteis utilizadas tem se mostrado como aproximações bastante acuradas do real desgaste dos equipamentos e bens. **(viii) Intangíveis: Programas de computador (Software):** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de 5 anos (Nota 11). **(ix) Ágio:** Refere-se ao ágio apurado na aquisição da Jahu e Kina pela diferença entre o valor de compra e o valor contábil dos ativos e passivos. Esse ágio está fundamentado em rentabilidade futura e foi amortizado até 31/12/2008. A partir de 01/01/2009, o ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment). O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(x) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **(xi) Contas a pagar aos fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(xii) Provisões:** São reconhecidas quando a Cia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada contingência (Nota 16). A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. Sobre as provisões para contingências, são incidentes atualizações mensais pelo índice de correção da taxa SELIC. Os incrementos de provisão são reconhecidos como despesas operacionais no resultado. Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. **(xiii) Participação nos lucros:** O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados distribuído é de 25% do EVA (lucro operacional após impostos, deduzido da remuneração do capital próprio). **(xiv) Remuneração com base em ações:** A Cia oferece a empregados e executivos plano de remuneração com base em opções de ações, convertidas em ações ordinárias da Cia quando da realização da Oferta Pública Inicial de Ações, segundo os quais a Cia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Cia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas. **(xv) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo saldo da dívida, incluindo os juros apropriados do período, conforme as condições contratuais firmadas com cada instituição financeira. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras. **(xvi) Arrendamento mercantil:** A Cia efetua arrendamento de certos itens do ativo imobilizado. Arrendamento de itens do imobilizado onde a Cia retém de forma substancial todos os riscos e benefícios da propriedade de tais ativos são classificados como arrendamento financeiro. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do pagamento das parcelas do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. O saldo da conta Arrendamento financeiro, apresentado nos passivos circulante e não circulante, refere-se às parcelas restantes a pagar dos contratos de arrendamento mercantil. **(xvii) Conversão em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas. **(xviii) Capital Social:** O capital social da Cia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **(xix) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da Cia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Cia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos JCP é reconhecido na demonstração de resultado. **(xx) Reconhecimento de receita:** A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Cia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita de locação é reconhecida pró-rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos. A Cia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu fair value. Desta forma a receita da Cia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/recuperações de despesa. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Cia. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos im-

postos sobre as vendas. **(xxi) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Cia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **(xxii) Novas normas e interpretações ainda não em vigor:** As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Cia iniciados em 01/01/2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Cia. As principais normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB estão descritas a seguir: • Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela 1ª Vez: Oferece para aquelas entidades que a adotam pela 1ª vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7. • Aprimoramentos aos IFRS em 2010: Diversos aprimoramentos foram efetuados para o IFRS 2010. As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 10/01/2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil. • IFRS 9 Instrumentos Financeiros: emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma não é aplicável até 01/01/2013, mas está disponível para adoção prévia. • IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 01/01/2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. • Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provento de Fundos (Alteração ao IFRIC 14): As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 01/01/2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. • Alteração do IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações": emitida em outubro de 2009, a alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 01/02/2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". • O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 01/07/2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Cia ainda avaliará o impacto total das novas normas, interpretações e alterações de normas em suas demonstrações financeiras, porém não espera impactos significativos quando dessas adoções. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Cia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **3.2. Transações com pagamentos baseados em ações:** A Cia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 14. **3.3. Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Cia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como, stock option, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **3.5. Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Cia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Cia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. A Cia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Cia mensurados pelo valor justo em 31/12/2010.

	Nível 1	Nível 2	Saldo total
<b>Ativos</b>	136.146		136.146
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>			
Títulos e valores mobiliários	136.146		136.146
<b>Passivos financeiros</b>		7.003	7.003
Derivativos usados para <i>hedge</i>		7.003	7.003

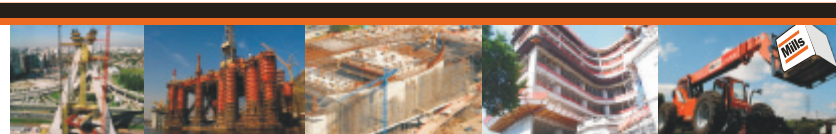
A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31/12/2009.

	Nível 1	Nível 2	Saldo total
<b>Passivos financeiros</b>		6.655	6.655
Opções de ações		6.311	6.311
Derivativos usados para <i>hedge</i>		344	344

**(i) Contas a receber de clientes e outros créditos:** O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Derivativos:** O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidas nas datas de cada apuração. O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado. **(iii) Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

# MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A

CNPJ/MF nº 27.093.558/0001-15



Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. **(iv) Transações de pagamento baseado em ações:** O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

**5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Cia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cia. A Cia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Cia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Cia. A Diretoria financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa. **5.2. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Cia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos EUA e ao euro. O risco cambial decorre das futuras importações de equipamentos, principalmente manipuladores telescópicos e formas. A Cia tem como política eliminar 100% do risco de caixa relacionado com a variação cambial, de forma conservadora, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Cia celebra contratos de swap com instituições financeiras com fins de hedge. Todos esses contratos prevêem a simples troca de índices por meio da qual a instituição financeira assume o risco cambial e a Cia, em contrapartida, se obriga a pagar uma taxa de juros sobre o valor notional (correspondente ao valor original do nosso passivo em moeda estrangeira). **(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária:** O endividamento da Cia é denominado em reais, sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI e TJLP. Existe o risco de a Cia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Como política de gestão a Cia não adota a utilização de nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Esse é um risco de mercado devido a condições macro econômicas e regulatórias inerente a todas as Cias que atuam no Brasil. A Cia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários a Cia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota 25 (d). **5.3. Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Cia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras. **(i) Contas a receber:** A Cia futura periodicamente os valores por locações e serviços devidos por seus clientes, por períodos vencidos que variam, normalmente, de 30 a 45 dias, com prazo de recebimento, em média, de 50 dias. Desta forma, está sujeita ao risco de inadimplência com relação ao contas a receber. Os índices de inadimplência são relativamente baixos, o que pode ser atribuído ao longo histórico de relacionamento com clientes e, no caso das Divisões Jahu e Rental, uma base pulverizada de clientes e projetos. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Cia está concentrada em clientes nacionais. A Cia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando, entende que há risco de não recebimento dos valores devidos. A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela gerência financeira da Cia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e para tal, são analisados, individualmente, cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário e; (v) pendências e protestos no Serasa. A Cia não adota a prática de obter dos seus clientes garantias financeiras para gerenciamento de risco de créditos. **(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Cia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. A Cia tem como política utilizar somente instituições financeiras de primeira linha classificadas como "investment grade". A administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **5.4. Risco de liquidez:** É o risco em que a Cia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cia. O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Cia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Cia. Além disso, a Cia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil. A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Cia espera realizar o pagamento.

	2010	2009	
Cia são as seguintes:			
Em 1º de janeiro	7.767	4.186	
Provisão para impairment de contas a receber	1.807	3.895	
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(253)	(254)	
Valores recebidos	(29)	(60)	
Em 31 de dezembro	9.293	7.767	
Em 31/12/2010 o contas a receber de clientes no valor de R\$ 32.049 (2009 - R\$ 9.872, 01/01/2009 R\$ 8.555) encontram-se vencidas mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. Em 31/12/2010, contas a receber de clientes no total de R\$ 9.293 (2009 - R\$ 7.767, 01/01/2009 R\$ 4.186) estavam impaired e provisionadas. As contas a receber individualmente impaired referem-se principalmente a clientes que encontram-se em situação econômica difícil. Conforme avaliação e histórico uma parcela das contas a receber deve ser recuperada. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:			
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
À Vencer	94.490	67.016	49.443
Vencidos: De 1 a 2 meses	22.448	10.116	8.293
De 2 a 4 meses	4.481	638	466
Acima de 4 meses	14.413	6.885	3.982
	135.832	84.665	62.184

	2010	2009	
Cia são as seguintes:			
Em 1º de janeiro	7.767	4.186	
Provisão para impairment de contas a receber	1.807	3.895	
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(253)	(254)	
Valores recebidos	(29)	(60)	
Em 31 de dezembro	9.293	7.767	
Em 31/12/2010 o contas a receber de clientes no valor de R\$ 32.049 (2009 - R\$ 9.872, 01/01/2009 R\$ 8.555) encontram-se vencidas mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. Em 31/12/2010, contas a receber de clientes no total de R\$ 9.293 (2009 - R\$ 7.767, 01/01/2009 R\$ 4.186) estavam impaired e provisionadas. As contas a receber individualmente impaired referem-se principalmente a clientes que encontram-se em situação econômica difícil. Conforme avaliação e histórico uma parcela das contas a receber deve ser recuperada. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:			
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
À Vencer	94.490	67.016	49.443
Vencidos: De 1 a 2 meses	22.448	10.116	8.293
De 2 a 4 meses	4.481	638	466
Acima de 4 meses	14.413	6.885	3.982
	135.832	84.665	62.184

(\*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado e os mesmos serão compensados com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativas a partir do pagamento a partir de 01/2011 e a expectativa é que sejam realizados até 2013. Em 2009 a Cia modificou a forma de aproveitamento dos créditos desses tributos passando a creditar-se em 1/48 avos ou 1/12 avos, de acordo com a legislação aplicável, ao invés de beneficiar-se pelo período de depreciação do ativo imobilizado, prática adotada até 2008.

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a mobilizar	Total equipamentos de locação	Benefícios próprios de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens	Total do imobilizado
<b>Saldo em 01/01/09</b>	231.033	58.426	7.555	297.014	3.832	6.939	778	184	2.027	294	17.956	314.970
Saldo da Incorporação da MAT	30.936		37	30.973	86	1.375	261	287	1.088		3.097	34.070
Saldo da Incorporação da MIC	369			369			2	38	12		52	421
Aquisição	8.523	27.579	22.894	58.996	671		724	74	406	478	2.428	61.424
Alienação	(2.027)	(291)	(282)	(2.600)			(12)	(76)			(88)	(2.688)
Transferências	16.425	4.441	(21.017)	(151)			1	(2)	38	(119)	37	(114)
<b>Saldo em 31/12/09</b>	285.259	90.155	9.187	384.601	4.589	8.433	4.878	774	584	3.571	653	23.482
Aquisição	162.956	4.147	147.707	314.810	2.340		1.974	472	505	1.102	4.817	11.210
Alienação	(9.039)	(430)	(9.469)	(9.469)	(52)		(12)	(349)	(1)		(414)	(9.883)
Transferências	92.150	7.010	(99.199)	(39)	33						33	(6)
<b>Saldo em 31/12/10</b>	531.326	100.882	57.695	689.903	6.910	8.433	6.840	897	1.089	4.672	5.470	34.311
<b>Depreciação acumulada</b>												
<b>Saldo em 01/01/09</b>	(84.678)	(6.640)		(91.318)	(908)	(33)	(2.734)	(209)	(167)	(1.178)		(5.229)
Saldo da Incorporação da MAT	(3.303)			(3.303)	(86)	(543)	(261)	(254)	(1.088)			(2.232)
Saldo da Incorporação da MIC	(369)			(369)			(2)	(38)	(12)			(52)
Depreciação	(23.047)	(7.293)		(30.340)	(364)	(98)	(416)	(145)	(10)	(143)		(1.777)
Alienação	1.722	55		1.777			7	26				33
Transferências	94	31		125					(11)			(11)
<b>Saldo em 31/12/09</b>	(109.581)	(13.847)		(123.428)	(1.358)	(674)	(3.406)	(328)	(469)	(2.432)		(8.667)
Depreciação	(35.128)	(9.778)		(44.906)	(512)	(100)	(630)	(214)	(32)	(213)		(1.701)
Alienação	5.286	65		5.351	52		2	251	1			306
Transferências	5			5								5
<b>Saldo em 31/12/10</b>	(139.418)	(23.560)		(162.978)	(1.818)	(774)	(4.034)	(291)	(501)	(2.644)		(10.062)
Taxas anuais de depreciações - %	10%	10%			10%	4%	20%	20%	10%	10%		
<b>Imobilizado líquido</b>												
<b>Saldo em 01/01/09</b>	146.355	51.786	7.555	205.696	2.924	6.906	1.168	569	17	849	294	12.727
<b>Saldo em 31/12/09</b>	175.678	76.308	9.187	261.173	3.231	7.759	1.472	446	115	1.139	653	14.815
<b>Saldo em 31/12/10</b>	391.908	77.322	57.695	526.925	5.092	7.659	2.806	606	588	2.028	5.470	24.249

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), formas (Formas Noe e Alumina), escoramentos (MillsTour e Alumina), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos. A Cia adquiriu em 2010 diversos equipamentos de locação para aumento de sua capacidade de prestação de serviços, basicamente com recursos originados no processo de abertura de capital e de terceiros. A depreciação do período, alocada ao custo de produção e de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta a R\$ 44.898 e R\$ 2.198 em 31/12/2010 (31/12/09: R\$ 30.342 e R\$ 1.174), respectivamente. Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 12). O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. **Revisão da vida útil estimada:** Conforme previsto na Interpretação Técnica ICP-C-10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC 1.263/2009, em 2009 a Cia concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação. Para fins dessa análise, a Cia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo de avaliação datado de 23/11/2009, aprovado em Reunião de Diretoria. Em 2010, com o intuito de corroborar a avaliação de seus responsáveis técnicos, a Cia contratou avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação datado de 4/02/2011. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes consideraram o planejamento operacional da Cia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação apurada está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Cia, portanto não houve alteração da taxa de depreciação a partir de 1/01/2010. **Custo atribuído:** A Cia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (1.1.2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Além disso, a Cia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

	Soft-ware	Marcas e patentes	Ágio e investimentos	Total intangível
<b>Saldo em 01/01/2009</b>	2.541	26	42.317	44.884
Saldo da Incorporação da MAT	39			39
Saldo da Incorporação da MIC				
Aquisição	427	30		457
Alienação				
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	3.007	56	42.317	45.380
Aquisição	3.070	7		3.077
Alienação	(2)			(2)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	6.075	63	42.317	48.455
Amortização acumulada				
<b>Saldo em 01/01/2009</b>	(1.497)	(8)	(4.232)	(5.737)
Saldo da Incorporação da MAT	(39)			(39)
Saldo da Incorporação da MIC				
Amortização	(337)	(2)		(339)
Alienação				
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	(1.873)	(10)	(4.232)	(6.115)
Amortização	(445)			(445)
Alienação				
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	(2.318)	(10)	(4.232)	(6.560)
Taxas anuais de amortização - %	20%	10%		
<b>Intangível líquido</b>				
<b>Saldo em 01/01/2009</b>	1.044	18	38.085	39.147
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	1.134	46	38.085	39.265
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	3.757	53	38.085	41.895

**Provisão para redução ao valor recuperável do ágio:** O ágio é oriundo da aquisição da Jahu e da Kina e portanto o segmento Jahu é considerado a UGC onde todo o ágio é alocado. O valor recuperável da UGC Jahu foi determinado com base no fluxo de caixa real deste segmento em 2010, antes do IR e da contribuição social, projetados para um período de dez anos, considerando uma taxa de desconto de 10% a.a. e sem considerar nenhuma taxa de crescimento. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

**12. Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro:** Os empréstimos foram usados para aquisição de equipamentos sendo indexados ao CDI ou a TJLP. Os empréstimos indexados ao CDI foram acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano e com amortização de principal e juros em bases mensais. Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,2% a 7,0% ao ano e amortizações em bases mensais até 17/02/2020. Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro são apresentados a seguir:

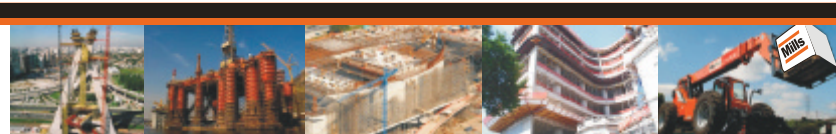
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Circulante</b>	46.698	56.811	45.958
Empréstimos bancários	19.034	34.088	31.877
Obrigações de arrendamento financeiro	27.664	22.723	14.081
Não circulante	85.925	127.127	142.063
Empréstimos bancários	40.645	71.745	102.314
Obrigações de arrendamento financeiro	45.280	55.382	39.749
<b>Empréstimos e financiamentos</b>			
Financiamentos com instituições financeiras (Indexados ao CDI acrescidos de 1% a 4,5% de juros ao ano)	17.030	32.036	29.129
(Indexados a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano.)	2.004	2.052	2.748
	19.034	34.088	31.877
<b>Passivo não circulante</b>			
<b>31/12/10</b>	<b>31/12/09</b>	<b>01/01/09</b>	
Financiamentos com instituições financeiras (operação indexadas ao CDI acrescidos de 1% a 4,5% de juros ao ano)	24.878	69.515	98.210
(operações indexadas a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano.)	15.767	2.230	4.104
	40.645	71.745	102.314

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Segue abaixo composição das garantias</b>			
contratadas em aberto nas datas:			
Garantias concedidas:			
Imóvel			1.000
Caução de duplicatas	1.416	2.616	3.016
Recebíveis	6.683	10.368	1.000
Penhor	2.106	35.355	31.893
Alienação fiduciária	121.696	107.889	79.231
Total das garantias reais	131.901	156.228	116.140
Notas promissórias	96.891	87.710	64.647

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A análise de vencimentos das contas a receber vencidas mas não impaired está apresentada abaixo:			
Vencidos: De 1 a 2 meses	22.359	8.963	8.293
De 2 a 4 meses	3.454	329	254
Acima de 4 meses	6.236	580	8
	32.049	9.872	8.555

A Cia não reconheceu uma provisão para impairment dos valores vencidos a mais de 4 meses, pois esses valores referem-se a um único cliente com bom histórico de pagamento. Esses valores foram renegociados e o cliente vem honrando seu compromisso financeiro junto à Cia.

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>9. Tributos a recuperar</b>			
COFINS e PIS a compensar (*)	18.747	18.561	4.084
IRPJ e CSLL a compensar	6.647	4.753	162
ICMS a compensar			



tal: O plano foi outorgado em 29/12/2008, também com opções da antiga MAT, para os principais executivos da divisão Rental, que iniciou suas atividades em Janeiro de 2008. O exercício das opções está condicionado ao atingimento de metas de EBITDA. Na 1ª etapa do plano foram distribuídas opções equivalentes a US\$ 387 mil, condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$ 11 milhões. Na segunda etapa foram distribuídas opções equivalentes a US\$ 1.162 condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$ 22 milhões. A quantidade de opções correspondentes a estes valores foi obtida convertendo-se os valores acima para reais pela taxa do dia de encerramento do exercício onde a meta foi atingida, e dividindo-se o valor em reais pelo valor por ação correspondente a valorização da Mills de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida do mesmo exercício, no qual a meta foi atingida. A esta quantidade é acrescida uma pequena quantidade para fazer o "gross up", correspondente a alíquota de IRF de 15%. O preço de exercício destas opções é de R\$ 3,95 por milhar, atualizado pelo IPCA desde janeiro de 2007, até a data do exercício. Na ocasião da outorga do plano, estava previsto o atingimento da primeira meta em 31/12/2008 e para 31/12/2009 a segunda meta, resultando na outorga de 137.031 mil opções da antiga MAT, correspondendo em 31/12/2009 a 438 mil opções da ME. A primeira meta foi atingida, de fato, em 31/12/2008, tendo resultado na emissão e aquisição de 199.853 ações da ME, mediante aumento de capital, na AGE de 01/10/2009, no valor de R\$ 134 mil. A segunda meta foi atingida e as opções já podem ser exercidas. O Plano especial Mills divisão Rental entrou em vigor em 01/01/2008 e será extinto em 31/12/2013, ou a qualquer tempo, por decisão da AGE. **Plano de opções de compras de ações 2010:** Na AGE realizada em 8/02/2010, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações de emissão da Cia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Cia ou de sociedades sob controle da Cia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano. O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, será fixado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações na BM&F BOVESPA, ponderada pelo volume de negociação havido no mês, ou nos 2 meses anteriores a outorga, corrigido pela inflação de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos por nós, a partir da data da outorga. Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será baseado no valor de lançamento, das ações no âmbito da oferta, corrigido pela inflação, de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos, a partir da data da outorga. As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.432 mil opções de ações em 31/05/2010. As opções de compras vigorarão pelo prazo de 6 anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 31/05/2010, isto é, até a data de 31/05/2016. Em 05/07/2010 realizou-se a segunda outorga de opções de ações com preço de exercício da primeira distribuição pública de suas ações, isto é R\$ 11,50 corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA, a partir de 05/07/2010 até a data de exercício da Opção de Compra, (iii) deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Cia a partir da data da outorga. As opções de ações da segunda outorga nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 43 mil

opções de ações. As opções de compra vigorarão pelo prazo de 6 anos completos a contar de 05/07, isto é até 05/07/2016. **Precificação e contabilização dos planos:** Para precificação do custo das parcelas dos planos referentes à sua componente de patrimônio foram determinadas as volatilidades aplicáveis a cada um, as taxas livres de risco e os "stock prices", com base em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida no período de cada plano e usamos o modelo de Black-Scholes-Merton para cálculo dos valores justos. Com relação ao plano 2002, como se trata de simples mecanismo de compra de ações ordinárias, as opções, já exercidas, estão integralmente consideradas como instrumentos patrimoniais e registrados na conta de reserva de capital, dentro do patrimônio líquido. Para os demais planos concedidos até 2009 a Cia classificou os planos como instrumento compostos uma vez que os mesmos incluem um componente de dívida (direito/possibilidade de receber o pagamento em dinheiro na não ocorrência da oferta pública) e um componente de capital (direito/possibilidade de receber o pagamento em instrumento de patrimônio em ocorrendo a oferta pública) no qual a escolha de liquidação está fora do controle da Cia e do beneficiário. Para precificação do valor justo da parcela de dívida foi considerado o quanto a Cia desembolsaria, a valor presente, conforme o múltiplo de EBITDA, descrito acima, ponderado pela probabilidade de ocorrência do evento de oferta pública de ações, sendo o valor resultante contabilizado no passivo exigível de longo prazo. A oferta pública ocorreu em 14/04/2010, portanto não existe parcela de dívida a partir dessa data. O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2010, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$ 3,86 (1ª outorga) e 5,49 (2ª outorga) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 11,95 (1ª outorga) e 14,10 (2ª outorga) na data da concessão, preço do exercício de R\$11,5 (1ª e 2ª outorgas) volatilidade de 31% mensurada pelo histórico do EBITDA da Cia, rendimento de dividendos de 1,52% (1ª outorga) e 1,28% (2ª outorga), uma vida esperada da opção correspondente a 4 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,6% e 6,37% respectivamente. A parcela de patrimônio foi precificada apenas no momento da outorga e não sofre remensurações de valor justo a cada data de balanço. As parcelas de patrimônio e de dívida são apropriadas plano a plano, considerando seus respectivos períodos de "lock up", com base na melhor estimativa da administração quanto a data final dos mesmos. O período de "lock up" considerado pela administração considerou o cenário de realização de oferta pública em 2010. A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos em cada exercício nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados dos exercícios.

	31/12/10
Plano 2002: Reserva de capital	1.446
Número de ações (milhares)	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO: Reserva de capital	766
Número de opções a exercer (milhares)	190
Número de ações (milhares)	865
Plano executivos Mills Rental: Reserva de capital	3.865
Número de opções a exercer (milhares)	65
Número de ações (milhares)	372
Plano 2010: Reserva de capital	821
Número de opções a exercer (milhares)	1.474
Total registrado como patrimônio (acumulado)	6.898
Efeito anual no resultado	(586)
	31/12/09
Plano 2002: Reservas de capital	1.446
Capital subscrito	573
Capital a integralizar	(255)
Preço histórico de exercício (por milhar)	
Número de ações (milhares)	3.920

	31/12/09
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e Ex-CEO:	
Probabilidade de ocorrência da oferta de ações	95%
Reservas de capital	418
Parcela de dívida (passivo de longo prazo)	309
Total dívida + reserva	727
Preço histórico de exercício (por milhar)	
Número de opções a exercer (milhares)	1.055
Plano executivos Mills Rental:	
Probabilidade de ocorrência da oferta de ações	95%
Reservas de capital	3.864
Parcela de dívida (passivo de longo prazo)	275
Total dívida + reserva	4.138
Preço histórico de exercício (por milhar)	
Número de opções a exercer (milhares)	658
Número de opções exercidas (milhares)	219
Capital subscrito	134
Capital a integralizar	(67)
Total registrado como dívida	583
Total registrado como patrimônio (acumulado)	5.728
Efeito anual no resultado	4.060

**15. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconciliação do benefício (despesa) do IR e da contribuição social:** A reconciliação entre a despesa de IR e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Lucro do exercício antes do IR e da CSLL	141.830	101.424
Alíquota nominal de IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social à alíquota nominal	(48.222)	(34.484)
Efeito na despesa de IR e CSLL decorrente dos ajustes ao lucro líquido		
Juros sobre capital próprio	8.636	1.876
Provisões indedutíveis	(817)	(528)
Outros	1.856	100
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	(38.547)	(33.036)
Alíquota efetiva	27%	32%
Imposto de renda corrente	(36.565)	(25.915)
Imposto de renda diferido	(1.982)	(7.121)

**(b) Composição do IR e contribuição social diferido:** A composição dos valores relativos ao IR e CSLL é a seguinte:

Natureza:	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ágio Itapoá (*)	3.848	5.369	
Ajuste valor presente	212	334	427
Outras provisões		135	788
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.241	1.440	660
Arrendamento financeiro	3.425	2.475	1.435
Provisões para contingências	4.319	3.163	7.087
Derivativos swap	1.523		
Ágio Jahu (**)	(5.755)	(2.878)	
Receita atualização depósitos judiciais	(756)		
Crédito fiscal líquido	8.057	10.038	10.397

(\*) Os créditos e débitos fiscais de IR e CSLL, são compostos pelo benefício das reorganizações societárias, envolvendo as incorporações da Itapoá e da Jahu, relativo à diferença temporária pela não amortização contábil do ágio gerado na aquisição. A movimentação do IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Ágio Itapoá	Ajuste a valor presente	Outras provisões	Impairment do contas a receber	Arrendamento financeiro	Provisões para contingências	Derivativos Swap	Ágio Jahu	Receita atualização de depósitos judiciais
Em 01/01/09		427	788	660	1.435	7.087			
Adições	6.763		135	780	5.207	932		(2.878)	
Baixas	(1.394)	(92)	(788)		(4.167)	(4.856)			
Em 31/12/09	5.369	334	135	1.440	2.475	3.163		(2.878)	
Adições	(1.521)	(122)	(135)	814	6.807	1.754	1.751	(2.877)	(756)
Baixas	(1.521)	(122)	(135)	(1.013)	(5.857)	(598)	(228)		
Em 31/12/10	3.848	212		1.241	3.425	4.319	1.523	(5.755)	(756)

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

**(a) Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisão para contingências			
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber			
Arrendamento financeiro			
Ajuste a valor presente			
Outras provisões			
Ágio da Itapoá			
Ágio da Jahu			
Atualização de depósitos judiciais			

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do IR e da contribuição social diferidos para 31/12/2010.

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
IR e CSLL diferidos ativos/ passivos			
2012		8.446	
2013		2.610	
2014		1.802	
2015		342	
A partir de 2016		(5.143)	
		8.057	

Como a base tributável do IR e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Cia e o resultado de IR e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Cia. **Regime Tributário de Transição:** O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. A Cia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do IR e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008 a Cia utilizou das prerrogativas definidas no RTT, que em 2010, passou a ser obrigatório.

**16. Contingências e depósitos judiciais: (a) Composição das contingências:**

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cia apresentava os seguintes passivos, relacionados a contingências:

Provisão para contingências	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	209	909	173
PIS/COFINS - locação			15.436
Responsabilidade cível	430	803	422
Reclamações trabalhistas	1.672	1.420	865
IRPJ/CSLL - Jahu	4.975	4.708	4.666
Fator Acidentário Previdenciário - FAP	2.112		
Outros	1.741	687	567
	11.139	8.527	21.929

**(a.1) Movimentação das contingências:** As movimentações na provisão para contingência podem ser assim resumidas:

	2010	2009
No início do exercício	8.527	21.929
Adições	2.844	1.343
Atualizações monetárias	1.251	1.420
Reversões	(1.483)	(58)
Adesão ao REFIS (Nota 17)		(16.107)
No final do exercício	11.139	8.527

**(b) Composição dos depósitos judiciais**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	674	383	383
PIS/COFINS - locação			736
ISS - locação	4.429	3.810	3.822
Responsabilidade cível			
Reclamações trabalhistas	1.109	1.011	910
IRPJ/CSLL - Jahu			
Outros	1.116	756	447
	7.328	5.960	6.298

**(c) Natureza das contingências:** A Cia vem questionando judicialmente o pagamento de diversos tributos com base, principalmente, no argumento de inconstitucionalidade de sua criação e cobrança. Com base na posição de seus consultores jurídicos externos, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para as sociedades e a administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. **As principais contingências em discussão podem ser resumidas como segue: (i) INSS:** Em 2001 e 2005, a sociedade sofreu autuações referentes ao recolhimento de valores supostamente não recolhidos a títulos de contribuições previdenciárias, e com base na posição de seus consultores jurídicos externos a administração manteve uma provisão de R\$ 209 (31/12/2009 - R\$ 909). Tendo em vista a mudança de prognóstico motivada pela sentença de 1º grau publicada em 30/11/2009, a Cia

em relação à discussão envolvendo o arbitramento de parte da NFLD 35.102.800-5 cujo objeto é o débito devido a título da contribuição adicional ao SAT destinada ao financiamento da aposentadoria especial, decidiu incluir este débito no parcelamento especial - Lei 11.941/09 (Nota 17). **(ii) Processos trabalhistas:** A Cia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. As chances de sucesso são consideradas favoráveis na maioria dos processos e, baseada na posição dos consultores jurídicos externos das sociedades, é mantida uma provisão somente para aqueles julgados como de perda provável. **(iii) IR e contribuição social:** A antiga Jahu foi autuada por depreciar seus bens em cinco anos e por indebitabilidade de despesas com prestadores de serviço, além de IR na fonte sobre os valores pagos aos mesmos. A Jahu possuía laudo técnico que amparava a depreciação em cinco anos, e por conta disto os advogados classificam como remotas as chances de perda. Os demais valores que compõem o referido auto no montante de R\$ 4.975, valor atualizado em 31/12/2010 (31/12/2009 - R\$ 4.708), foram provisionados, pois neste caso a chance de êxito, é considerada remota. **(iv) Processos de responsabilidade cível:** A Cia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. Amparada por seus consultores jurídicos externos, a administração constituiu em 30/12/2010 uma provisão de R\$ 430, para as perdas consideradas prováveis. **(v) ISS sobre locação de bens móveis:** Em outubro de 2001, a Cia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário. Já a antiga Jahu ingressou com ações questionando a incidência do ISS na locação de bens móveis, e passou a depositá-lo judicialmente, mesmo após a Lei 116/2003. Não existem provisões para este depósito, em virtude da probabilidade de êxito ser possível. **(d) Perdas possíveis:** A Cia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Tributárias	11.501	9.582
Trabalhistas	12.649	10.787
Cível	772	1.547
Outros		18
	24.922	21.934

**17. Programa de recuperação fiscal (Refis):** Em novembro de 2009, a Cia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei 11.941/2009 e pela MP 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias. **As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:** (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses. (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora. (c) Foram parcelados débitos de: (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de 04/2002 a 05/2004); (ii) IRPJ (de 12/2003, 01/2004 e 04/2004); (iii) CSLL (de 11/2003, 01/2004 e 04/2004); (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de 09/1993 a 01/1999), referente à locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço. Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em 09/2009 do Recurso Especial 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Cia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos. Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Cia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a 3 meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundariam as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

**Abrangência dos débitos parcelados:**

	Em 31 de dezembro de 2009				Movimentação em 2010				
	Provisão para contingências	Débitos já prescritos	Débitos passíveis de parcelamento	Benefício Refis-redução de multa e juros	Valores parcelados	Adições	Baixas	Atualizações SELIC	Saldo 31/12/10
PIS	2.434	(137)	2.297	(374)	1.923		(352)	154	1.725
COFINS	10.255	(1.069)	9.186	(1.505)	7.681		(2.396)	516	5.801
IRPJ	2.328		2.328	(370)	1.958			191	2.149
CSLL	1.090	(814)	276	(44)	232			23	255
INSS						755		73	828
	16.107	(2.020)	14.087	(2.293)	11.794	755	(2.748)	956	10.758

(a) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30/06/2010, a Cia, decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos. (b) Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e Cofins considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo. (c) O ganho correspondente à redução dos encargos (multa de mora e juros), anteriormente contabilizados no passivo, no valor de R\$ 2.293 mil, foi registrado na rubrica despesas gerais e administrativas no resultado do exercício findo em 31/12/2009.

**18. Patrimônio líquido: (a) Capital subscrito:** O capital social totalmente subscrito e integralizado, em 31/12/2010 é representado pelo valor de R\$ 525.123 (31/12/2009 - R\$ 81.003 subscrito e R\$ 322 a integralizar) dividido em 125.495 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em AGO/E, de 12/03/2010, os acionistas deliberaram sobre o aumento do capital da Cia, no valor de R\$ 16.201 decorrente da capitalização de parte da reserva estatutária de expansão, sem emissão de ações. Nessa mesma data, foi integralizado o montante de R\$ 322 referente ao exercício de compra de ações outorgadas em exercícios anteriores. Em 14/04/2010, aprovou-se o aumento do capital social da Cia para R\$ 523.453, correspondente, portanto, a um aumento de R\$ 410.858, líquido das comissões e despesas, mediante a subscrição pública de 37.037 mil ações, pelo preço por ação de R\$ 11,50. A forma de integralização das ações foi feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente do país. Em 2009, cada ação preferencial classe A dava direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e gozavam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação. Com a abertura do capital, todas as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias. Em 12/03/2010 e 30/11/2010, aprovou-se aumento de capital da Cia dentro do limite do capital autorizado indicado no artigo 5º, § 2º de seu estatuto social e em conformidade com o disposto no artigo 170, caput, da Lei 6.404/76, em razão do exercício da opção de compra de ações de parte dos beneficiários dos Planos de opções de compra de ações da Cia, nos valores de R\$3323 e R\$ 1.670, respectivamente mediante a emissão de 154 mil e 884

mil novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, respectivamente. Em virtude de tais eventos, o capital social da Cia passa a ser de R\$ 525.123 representado por 125.495 mil ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. **(a.1) Conta redutora do patrimônio líquido:** Os custos de transações incorridos na captação de recursos por intermédio da oferta inicial de ações no montante de R\$ 15.068, estão destacados como conta redutora do Patrimônio Líquido, deduzidos os efeitos fiscais.

**Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:**

	31/12/2010		31/12/2009	
Acionistas	Nº de ações (em milhares)	Porcentagem (%)	Nº de ações (em milhares)	Porcentagem (%)
Nacht Participações S.A. (*)	48.983	39,03%	2	0,01%
Participações e Empreendimentos Staldzene S.A.			63.427	72,55%
Península Fundo de Investimentos em Participações			11.995	13,72%
Natipriv Global L.L.C			11.995	13,72%
Capital Group International Inc	7.032	5,60%		



média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2010	2009
<b>Lucro</b>		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	103.283	68.388
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	125.495	87.421

## 22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas (por natureza)

Natureza	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(122.256)	(79.961)	(202.217)	(83.108)	(54.527)	(137.635)
Terceiros	(5.090)	(14.977)	(20.067)	(5.011)	(8.849)	(13.860)
Frete	(12.350)	(367)	(12.717)	(6.372)	(863)	(7.235)
Material Construção/Manutenção e reparo	(24.346)	(6.150)	(30.496)	(13.947)	(6.827)	(20.774)
Aluguel de equipamentos	(4.894)	(4.894)	(9.788)	(13.721)	(13.721)	(27.442)
Aluguel outros	(6.368)	(5.399)	(11.767)	(3.688)	(3.479)	(7.167)
Viagem	(6.188)	(8.518)	(14.706)	(4.407)	(4.375)	(8.782)
Depreciação	(44.898)	(1.717)	(46.615)	(30.338)	(1.174)	(31.512)
amortização de intangível		(445)	(445)		(338)	(338)
Baixa de ativos	(4.031)		(4.031)	(325)		(325)
Vendas (CMV)	(23.226)		(23.226)	(7.458)		(7.458)
Provisão.Devedores-PDD		(1.504)	(1.504)		(3.465)	(3.465)
Plano de Ações		(586)	(586)		(4.061)	(4.061)
Atualização provisões		2.609	2.609		1.460	1.460
Participação no resultado		(17.562)	(17.562)		(13.824)	(13.824)
Outros	(1.151)	(13.046)	(14.197)	(1.228)	(8.469)	(9.697)
	(254.798)	(147.623)	(402.421)	(169.603)	(108.791)	(278.394)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando esta montagem é feita pela própria Mills, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filiais e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos. As despesas gerais e administrativas referem-se às despesas com os depósitos, a gestão de cada contrato da Cia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

### Abaixo detalhamos estes três grupos:

	2010	2009
Despesa com depósito	20.702	15.210
Despesa com coordenação de contrato	69.564	57.122
Despesas administrativas	26.174	15.061
	116.440	87.393

## 23. Receitas e despesas financeiras.

### (a) Receitas financeiras

	31/12/10	31/12/09
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	815	446
Receitas de aplicação financeira	17.329	441
Descontos obtidos	454	42
Variação cambial e monetária ativa	69	5
Outras	6	7
	18.673	941

### (c) Despesas financeiras

	31/12/10	31/12/09
Juros de empréstimos	10.693	15.719
Variação monetária passiva	1.097	
Juros de arrendamento financeiro	9.841	7.658
Juros - outros	1.314	477
Tarifas bancárias	613	416
Imposto sobre operações financeiras - IOF	477	59
Resultado das operações de swap líquido	514	634
Outras	116	625
Ajuste valor presente	(359)	(272)
	24.306	25.316

**24. Resultado por segmento de negócio.** As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS-8). Os segmentos reportáveis da Cia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avalia-

### Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Total	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita líquida	154.270	146.210	105.151	62.177	195.396	141.412	95.067	54.394	549.884	404.193
(-) Custos e despesas	(80.697)	(72.559)	(61.277)	(30.331)	(169.276)	(120.597)	(44.111)	(23.056)	(355.361)	(246.543)
(-) Depreciação	(16.824)	(13.308)	(6.847)	(3.254)	(7.832)	(6.719)	(15.557)	(8.569)	(47.060)	(31.850)
Lucro operacional	56.749	60.343	37.027	28.592	18.288	14.096	35.399	22.769	147.463	125.800
Receita financeira	6.575	358	4.203	192	3.410	174	4.486	218	18.674	942
Despesa financeira	(8.557)	(9.630)	(5.471)	(5.152)	(4.438)	(4.682)	(5.839)	(5.852)	(24.305)	(25.316)
Lucro antes do IRPJ/CSL	54.767	51.071	35.759	23.632	17.260	9.588	34.046	17.135	141.832	101.426
(-) IRPJ/CSL	(14.885)	(15.076)	(9.718)	(6.268)	(4.691)	(6.347)	(9.255)	(5.347)	(38.549)	(33.038)
Lucro Líquido	39.882	35.995	26.041	17.364	12.569	3.241	24.791	11.788	103.283	68.388
EBITDA	73.573	73.651	43.874	31.846	26.120	20.815	50.956	31.338	194.523	157.650

### Ativo por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Total	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Imobilizado	166.105	125.396	70.555	189.117	195.396	141.412	95.067	54.394	549.884	404.193
Outros ativos	110.209	108.687	81.642	78.893	(169.276)	(120.597)	(44.111)	(23.056)	(355.361)	(246.543)
Ativo total	276.314	234.083	152.197	268.010	26.120	20.815	50.956	31.338	194.523	157.650

## 25. Instrumentos financeiros

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	275.583	83.452	64.671
Caixa e equivalentes de caixa	6.192	1.575	1.629
Contas a receber de clientes e outras	125.917	75.917	56.744
Depósitos Judiciais	7.328	5.960	6.298
Disponível para venda: TVM	136.146		
<b>Outros passivos financeiros:</b>			
Empréstimos a taxas pós - fixadas	59.679	105.833	134.191
Arrendamento financeiro	72.944	78.105	53.830
Contas a pagar a fornecedores	32.743	11.713	14.077
<b>Passivos financeiros ao valor justo e derivativos</b>			
Derivativos em hedge eficazes	7.003		
Planos de opções de ações		6.311	
	172.369	201.962	202.098

**(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. (a.1) Valor justo dos títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos. **(a.2) Valor justo, do contas a receber e dos fornecedores:** O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis. **(a.3) Valor justo dos empréstimos e financiamentos:** A administração da Cia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Divida	Indicador			Valor justo			Valor contábil		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
BNDES - TJLP	17.408	4.187	6.866	17.771	4.284	6.852			
Capital de Giro	41.594	105.216	126.211	41.908	101.550	127.339			
Leasing	72.517	78.149	52.969	72.944	78.105	53.830			

**(b) Qualidade de crédito dos ativos financeiros. (b.1) Contas a receber:** A qualidade do crédito dos valores a receber de clientes é verificada com base em informações históricas e na capacidade financeira de pagamento.

Risco de não recebimento	Nível	A receber de clientes		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09
Muito Baixo	1	81.464	55.339	45.566
Baixo	2	37.795	14.413	8.924
Moderado	3	7.280	7.146	3.508
Total		126.539	76.898	57.998

(1) Risco muito baixo. Nível 1: clientes com ótima capacidade financeira (faturamento médio acima de R\$100 milhões) de pagamento e com grande histórico de negócios com a Cia (+ de 5 anos). (2) Risco Baixo. Nível 2: clientes com boa capacidade financeira (faturamento médio entre R\$20 e 100 milhões) e com bom histórico de negócios com a Cia (de 1 a 5 anos). (3) Risco Moderado. Nível 3: clientes com razoável capacidade financeira (faturamento médio até R\$20 milhões) de pagamento e com pouco histórico de negócios com a Cia (inferior a 1 ano).

Conta corrente:	Bancos e títulos e valores mobiliários		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Banco (1)	5.611	1.553	1.547
Banco (2)	305	22	82
Total	5.916	1.575	1.629
<b>Aplicações:</b> Banco (1)	136.146		
Total	136.146		
Disponibilidade total	142.062	1.575	1.629

(1) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e com Grau de Investimento. (2) Instituições financeiras com boa atuação no Brasil mas sem grau de Investimento. (c) Instrumentos financeiros Derivativos - hedge. (a) Política de Contratação de Derivativos: Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Cia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado. A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a Cia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Cia. Com base neste objetivo, a Cia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou

	2010	2009
<b>Ajustes de</b>		
Opções de compra de ações (milhares)	1.729	1.713
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	127.224	89.134
Lucro diluído por ação	0,81	0,77
<b>21. Receita líquida de vendas e serviços.</b> A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:	31/12/10	31/12/09
Locação	394.034	316.335
Vendas	44.530	15.131
Assistência técnica	173.074	122.339
Indenizações e recuperação	21.362	5.849
Impostos sobre vendas e serviços	(54.662)	(37.441)
Cancelamentos e descontos	(28.454)	(18.020)
	549.884	404.193

ção do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois estes é que geram a receita da Cia, lucro líquido e Ebitda de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios. Os segmentos da Cia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item. As operações da Cia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões: **Divisão de construção:** Fornecimento de soluções específica de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem e estruturas de escoramentos, destinados a construção de grandes estruturas, planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos. **Divisão Jahu:** Fornecimento de formas e concretagem, escoramentos e andaimes no âmbito da prestação de serviços de soluções especiais de engenharia para construção civil, com ênfase no setor de construção residencial e comercial, fornecendo planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços relacionados. **Divisão de Serviços Industriais:** Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico. **Divisão Rental:** Fornecimento de equipamentos motorizados de acesso (plataformas de trabalho aéreas) e manipuladores telescópicos para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Cia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro e no EBITDA.

similar, para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da Cia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$ 10.000 deve ser aprovado pelo conselho, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$ 100, com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de hedge. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial. As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Cia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI. Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa. Por se tratar de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a Cia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo. O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial. Os instrumentos derivativos contratados pela Cia têm o propósito de proteger suas operações de importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

**(b) Os derivativos podem ser resumidos conforme tabela a seguir:**

Tipo	Valor de referência (nacional)	Valores justo a receber/ a pagar	Perdas não realizadas
	31/12/09	31/12/09	31/12/09
<b>Contratos de swap</b>			
Posição ativa: Citibank			
Santander/ABN	65.969	65.950	66.053
Posição passiva: Citibank			
Santander/ABN	65.969	66.294	66.192 (344)
<b>Compra a Termo de Dólar</b>			
Bradesco	909	(16)	(16)
Santander	133.145	(6.974)	(6.974)
Itaú	658	(13)	(13)
	134.712	(7.003)	(7.003)
<b>Compra a Termo de Euro:</b>			
Santander	238	(0)	(0)

**(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:** São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela

Aos Administradores e Acionistas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações finan-

aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap. **(d) Análise de sensibilidade:** Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Cia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 3 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, 2 outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário I (provável)	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Taxa de juros	Divida				